



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

							Matriz de Responsabilização (Rel Final)		
Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.1	Superfaturamento por preços.	Irregularidades na CPU dos serviços "Fornecimento, montagem e desmontagem de forma plana aparente de chapa de compensado plastificado de 18mm com 3 reaproveitamentos" e "Fornecimento, montagem e desmontagem de forma curva aparente de compensado plastificado de 18mm com 3 reaproveitamentos", que elevaram o preço desses serviços muito acima dos preços de mercado, ocasionando um prejuízo de R\$ 15.133.864,79 (ft.), em valores históricos. Ref.: - Inf. nº 04/13-NFO §§ 11 a 51 - Inf. nº 05/14-NFO §§ 56 a 79 - Inf. nº 24/14-NFO §§ 55 a 78 - Inf. nº 22/16-NFO §§ 66 a 113 - VOTO de fls. 1994/2037	jul/11 a ago/13 (período de medição dos serviços)	Jurenal Batista Amaral - Diretor Presidente NOVACAP	12/09/11 a 17/05/12	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP e tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	Em razão da existência de dano quantificável ao Erário, sugere-se a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação dos responsáveis, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 11/07/11, tendo em conta, ainda, a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da LC nº 01/94.
				Nelson Martorelli - Diretor Presidente NOVACAP	17/05/12 a 05/01/15	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra,e tampouco exigir as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer a irregularidade por meio da Decisão n.º 2.540/13, dever conferido pelo Regimento Interno da NOVACAP à Diretoria de Edificações (art. 39 RI-1998 e art. 15 RI-2012)Diretoria de Obras Especiais (art. 111 do RI-12) e inc. I, II e VI, art. 30 do Estatuto Social da NOVACAP e tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e providenciase estrutura de controle adequada, bem como determinasse o exame da irregularidade apontada pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Maruska Lima de Souza Holanda - diretora da DE e diretora da DOE NOVACAP	09/07/10 a 01/03/12 (DE) 01/03/12 a 07/07/14 (DOE)	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco tomar as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer a irregularidade por meio da Decisão n.º 2.540/13, dever conferido pelo Regimento Interno da NOVACAP à Diretoria de Edificações (art. 39 RI-1998 e art. 15 RI-2012)Diretoria de Obras Especiais (art. 111 do RI-12) e inc. I, II e VI, art. 30 do Estatuto Social da NOVACAP e tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e providenciase estrutura de controle adequada, bem como determinasse o exame da irregularidade apontada pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Luiz Rogério Pito Gonçalves - Supervisor e Gerente de Fiscalização NOVACAP	23/07/10 a 27/11/14	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada na Decisão n.º 2.540/13, dever conferido pela IS nº 68/10-DE e pelo art. 113 do RI-12.	Caso observasse o dever de agir e tomasse as providências para a correção do problema identificado, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				João Marcelo de Oliveira Pereira - Fiscal NOVACAP	23/07/10 a 30/06/13	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada na Decisão n.º 2.540/13, dever conferido pelo art. 44 do RI-98, art. 20 do RI-12 e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e examinasse as CPU's contestadas e adotasse as providências para a correção do problema, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Thelma Consuelo Parada Ribeiro - Assessor de Diretoria I - orçamentista NOVACAP	set/10 a fev/12	Ação culposa na modalidade imperícia ao aprovar as CPU's de forma plana e curva de chapa compensada plastificada com sobrepreço, em desobediência ao dever conferido pelo art. 48 do RI-98 e art. 117 do RI-12.	Caso observasse o dever de agir e examinasse o detalhamento dos serviços de forma, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Josimar Ferreira Evangelista - Chefe do NÚCLEO II - orçamentista NOVACAP	mai/12 a jun/13	Ação culposa, na modalidade imperícia ao aprovar as CPU's de forma plana e curva de chapa compensada plastificada com sobrepreço, em desobediência ao dever conferido pelo art. 48 do RI-98 e art. 117 do RI-12. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada na Decisão n.º 2.540/13.	Caso observasse o dever de agir e examinasse o detalhamento dos serviços de forma, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Marcelo Piancastelli de Siqueira - Presidente TERRACAP	14/01/11 a 21/11/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V, art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCDF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Antonio Carlos Rebouças Lima - Presidente TERRACAP	22/11/11 a 07/08/13	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V, art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção da falha apontada pelo TCDF na Decisão n.º 2.540/13.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Luís Antônio Almeida Reis - Diretor Técnico e de Edificações TERRACAP	a partir de 10/09/10 (1ª designação dos executores)	Omissão culposa (culpa in vigilando) por não fiscalizar os atos praticados pelos agentes designados como executores do Convênio NUTRA/PROUJ nº 323/2009 para a construção do ENB.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a atuação competente dos executores designados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Leonam Santos Paes - executor TERRACAP	a partir de 10/09/10	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada na Decisão n.º 2.540/13, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e tomasse as providências para a correção do problema identificado, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Rony Figueiredo Corrêa - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada na Decisão n.º 2.540/13, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e tomasse as providências para a correção do problema identificado, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Felipe Xavier de Sousa - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada na Decisão n.º 2.540/13, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e tomasse as providências para a correção do problema identificado, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Consórcio Brasília 2014	N.A.	Apresentar proposta para os serviços de forma plana e curva em chapa compensada plastificada com irregularidades nas CPU's que ocasionaram preços superfaturados.	Caso o consórcio tivesse oferecido proposta compatível com o preço de mercado para os serviços, o prejuízo não teria ocorrido.	N.A.	



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Matriz de Responsabilização (Rel Final)

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.2	Superfaturamento por preços.	No serviço "Montagem das guias", o insumo referente ao transporte de guias (12586) foi cobrado em duplicidade e com coeficiente superestimado, o que ocasionou o superfaturamento de R\$ 1.366.253,24, em valores históricos. Ref.: - Inf. nº 05/14-NFO §§ 123 a 124 - Inf. nº 24/14-NFO §§ 107 a 109, 113 a 117 e 123 a 132 - Voto fls. 1994/2037	mai/11, jul a out/11 e mar/12 (período de medição do serviço)	Maurício Canovas Segura - Diretor Presidente NOVACAP	12/01/11 a 11/09/11	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP e tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	Em razão da existência de dano quantificável ao Erário, sugere-se a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação dos responsáveis, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 1/5/11, tendo em conta, ainda, a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da LC nº 01/94.
				Juvenal Batista Amara - Diretor Presidente NOVACAP	12/09/11 a 17/05/12	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP e tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Maruska Lima de Souza Holanda - diretora da DE e diretora da DOE NOVACAP	09/07/10 a 01/03/12 (DE) 01/03/12 a 07/07/14 (DOE)	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco exigir a análise da CPU em tela, dever conferido pelo Regimento Interno da NOVACAP à Diretoria de Edificações (art. 39 RI-1998 e art. 15 RI-2012) Diretoria de Obras Especiais (art. 111 do RI-12) e inc. I, II e VI, art. 30 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e providenciasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse a análise da CPU contestada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Luiz Rogério Pinto Gonçalves - Supervisor e Gerente de Fiscalização NOVACAP	23/07/10 a 27/11/14	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade em tela, dever conferido pela IS nº 68/10-DE e pelo art. 113 do RI-12.	Caso observasse o dever de agir e analisasse a CPU e tomasse as providências para a correção do problema identificado, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				João Marcelo de Oliveira Pimenta - Fiscal NOVACAP	23/07/10 a 30/06/13	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade em tela, dever conferido pelo art. 44 do RI 98, art. 20 do RI-12 e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e examinasse a CPU contestada e adotasse as providências para a correção do problema, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Thelma Consuelo Parada Ribeiro - Assessora de Diretoria I - orçamentista NOVACAP	set/10 a fev/12	Ação culposa, na modalidade imperícia ao aprovar a CPU do serviço de "Montagem das guias" com insumo em duplicidade e superfaturado, em desobediência ao dever conferido pelo art. 48 do RI-98 e art. 117 do RI-12.	Caso observasse o dever de agir e examinasse detalhadamente o serviço "Montagem das guias", o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Marcelo Piancastelli de Siqueira - Presidente TERRACAP	14/01/11 a 21/11/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V, art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCDF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Antonio Carlos Reboças Lins - Presidente TERRACAP	22/11/11 a 07/08/13	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V, art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Luís Antônio Almeida Reis - Diretor Técnico e de Edificações TERRACAP	a partir de 10/09/10 (1ª designação dos executores)	Ação culposa (culpa in vigilando) por não fiscalizar os atos praticados pelo agente designado como executor do Convênio NUTRA/PROJUI nº 323/2009 para a construção do ENB.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a atuação competente dos agentes designados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Leonam Santos Paes executor TERRACAP	a partir de 10/09/10	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade em tela, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e analisasse a CPU e tomasse as providências para a correção do problema identificado, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Consórcio Brasília 2014	N.A.	Executar serviços em cuja CPU constavam insumos que não foram efetivamente aplicados e utilizados com coeficientes superestimados.	Ao propor CPU com insumos superestimados e que não foram efetivamente utilizados, o Consórcio concorreu para a concretização do prejuízo.	N.A.	



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

							Matriz de Responsabilização (Rel Final)		
Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(s)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
8.3	Superfaturamento por quantidade.	Nas medições do serviço "Armadura de aço para estruturas em geral, CA-50, diâmetro de 16,0 mm, corte e dobra na obra", o peso considerado para as barras de aço é superior ao valor médio fornecido como referência pela NBR 7480, que disciplina a produção do aço destinado a armadura para estruturas de concreto armado, o que ocasionou um superfaturamento de R\$ 3.627.064,48, em valores históricos. Ref.: - Inf. nº 15/11-NFO §§ 71 a 76 - Inf. nº 04/13-NFO §§ 67 a 82 - Inf. nº 24/14-NFO §§ 43 a 54 - Inf. nº 22/16-NFO §§ 230 a 301 - VOTO de fls. 1994/2037	nov/10 a ago/13 (período de medição dos serviços)	Celso Roberto Machado Pinto - Diretor Presidente NOVACAP	09/07/10 a 12/01/11	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	Em razão da existência de dano quantificável ao Erário, segue-se a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação dos responsáveis, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 11/11/10, tendo em conta, ainda, a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da LC nº 01/94.
				Maurício Canovas Segura - Diretor Presidente NOVACAP	12/01/11 a 11/08/11	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP e tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.		
				Juvinal Batista Amarat - Diretor Presidente NOVACAP	12/09/11 a 17/05/12	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco exigir as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer as irregularidades por meio das Decisões nºs 6.809/11 e 2.540/13, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP e tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse a correção da irregularidade apontada pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Nelson Martorelli - Diretor Presidente NOVACAP	17/05/12 a 05/01/15	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco exigir as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer as irregularidades por meio das Decisões nºs 6.809/11 e 2.540/13, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP e tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse a correção da irregularidade apontada pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Maruska Lima de Souza Holanda - diretora da DE e diretora da DOE NOVACAP	09/07/10 a 01/03/12 (DE) 01/03/12 a 07/07/14 (DOE)	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco tomar as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer as irregularidades por meio das Decisões nºs 6.809/11 e 2.540/13, dever conferido pelo Regimento Interno da NOVACAP à Diretoria de Edificações (art. 39 RI-1998 e art. 15 RI-2012)/Diretoria de Obras Especiais (art. 111 do RI-12) e inc. I, II e VI, art. 30 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e providenciase estrutura de controle adequada, bem como exigisse a utilização dos valores referenciais corretos dos pesos lineares dos aços nas medições dos serviços de armadura, conforme estabelece a Norma NBR 7480, da ABNT, e de acordo com as orientações do Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Luiz Rogério Pinto Gonçalves - Supervisor Gerente de Fiscalização NOVACAP	23/07/10 a 27/11/14	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada por meio das Decisões nºs 6.809/11 e 2.540/13, dever conferido pela IS nº 68/10-DE e pelo art. 113 do RI-12.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a utilização dos pesos lineares referenciais determinados pela NBR 7480 na medição dos serviços de armadura, conforme orientado pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				João Marcelo de Oliveira Pimenta - Fiscal NOVACAP	23/07/10 a 30/06/13	Ação culposa, na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada por meio das Decisões nºs 6.809/11 e 2.540/13, dever conferido pelo art. 44 do RI 98, art. 20 do RI-12 e § 9º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a utilização dos pesos lineares referenciais determinados pela NBR 7480 na medição dos serviços de armadura, de acordo com a orientação do Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Dalmo Alexandre Costa - Presidente TERRACAP	23/02/10 a 13/01/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Marcelo Piancastelli de Siqueira - Presidente TERRACAP	14/01/11 a 21/11/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCDF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Antônio Carlos Rebouças Lins - Presidente TERRACAP	22/11/11 a 07/08/13	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCDF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Luís Antônio Almeida Reis - Diretor Técnico e de Edificações TERRACAP	a partir de 10/09/10 (*) (designação dos executores)	Omissão culposa (culpa in vigilando) por não fiscalizar os atos praticados pelos agentes designados como executores do Convênio NUTRAPROUJ nº 323/2009 para a construção do ENB.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a atuação competente dos executores designados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Leonam Santos Paes - executor TERRACAP	a partir de 10/09/10	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas nas Decisões nºs 6.809/11 e 2.540/13, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a utilização dos pesos lineares referenciais determinados pela NBR 7480 na medição dos serviços de armadura, conforme orientado pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Rory Figueiredo Corrêa - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Ação culposa, na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas nas Decisões nºs 6.809/11 e 2.540/13, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a utilização dos pesos lineares referenciais determinados pela NBR 7480 na medição dos serviços de armadura, conforme orientado pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Felipe Xavier de Souza - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas nas Decisões nºs 6.809/11 e 2.540/13, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a utilização dos pesos lineares referenciais determinados pela NBR 7480 na medição dos serviços de armadura, conforme orientado pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Consórcio Brasília 2014	N.A.	Apresentar medição para os serviços de armadura de aço com quantitativo superfaturado.	Caso o consórcio tivesse efetuado as medições dos quantitativos de aço considerando o valor de referência do peso linear estabelecido pela NBR 7480, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Matriz de Responsabilização (Rel Final)									
Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.4	Superfaturamento por preços	Em várias composições de serviços, tais como o fornecimento e aplicação dos concretos, montagem das gruas, camada impermeabilizadora e armadura de aço, foram incluídos os insumos "Caminhão Munk 6 ton", "Grupo Gerador" e "Quintaste Maqui", de forma não transparente, incoerente e com coeficientes de utilização superestimados, que levaram ao superfaturamento no valor de R\$ 3.652.889,75, em valores históricos. Ref.: - Inf. nº 15/11-NFO §§ 77 a 90 - Inf. nº 04/13-NFO §§ 83 a 134 - Inf. nº 22/16-NFO §§ 197 a 260 - VOTO de fls. 1994/2037	nov/10 a ago/13 (período de medição dos serviços)	Celso Roberto Machado Pinto - Diretor Presidente NOVACAP	09/07/10 a 12/01/11	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	Em razão da existência de dano quantificável ao Erário, sugere-se a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação dos responsáveis, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 19/11/10, tendo em conta, ainda, a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da LC nº 01/94.
				Mauricio Canovas Segura - Diretor Presidente NOVACAP	12/01/11 a 11/09/11	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Juvenal Batista Amaral - Diretor Presidente NOVACAP	12/09/11 a 17/05/12	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco exigir as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer as irregularidades por meio da Decisão nº 6.809/11, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse a correção das irregularidades apontadas pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Nelson Martorelli - Diretor Presidente NOVACAP	17/05/12 a 05/01/15	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco exigir as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer as irregularidades por meio da Decisão nº 6.809/11, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse a correção das irregularidades apontadas pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Maruska Lima de Souza Holanda - diretora da DE e diretora da DOE NOVACAP	09/07/10 a 01/03/12 (DE) 01/03/12 a 07/07/14 (DOE)	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco tomar as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer as irregularidades por meio da Decisão nº 6.809/11, dever conferido pelo Regimento Interno da NOVACAP à Diretoria de Edificações (art. 38 RI-1998 e art. 15 RI-2012)/Diretoria de Obras Especiais (art. 111 do RI-12) e inc. I, II e VI, art. 30 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse a realização de estudos e a análise das CPU's contestadas, como alertado pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Luiz Rogério Pinto Gonçalves - Supervisor e Gerente de Fiscalização NOVACAP	23/07/10 a 27/11/14	Ação culposa, na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada por meio da Decisão nº 6.809/11, dever conferido pela IS nº 68/10-DE e pelo art. 113 do RI-12.	Caso observasse o dever de agir e analisasse as CPU's e tomasse as providências para a correção dos problemas identificados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				João Marcelo de Oliveira Pimenta - Fiscal NOVACAP	23/07/10 a 30/06/13	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada por meio da Decisão nº 6.809/11, dever conferido pelo art. 44 do RI 98, art. 20 do RI-12 e § 5º e art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e examinasse as CPU's contestadas e adotasse as providências para a correção do problema, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Thelma Consuelo Parada Ribeiro - Assessor de Diretoria I - orçamentista NOVACAP	96/10 a fev/12	Ação culposa na modalidade imprudência ao aprovar CPU's de serviços com sobrepreço, em desobediência ao dever conferido pelo art. 48 do RI-98 e art. 117 do RI-12. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11	Caso observasse o dever de agir e examinasse detalhadamente os serviços contestados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Josimar Ferreira Evangelista - Chefe do NÚCLEO II - orçamentista NOVACAP	mar/12 a jun/13	Ação culposa na modalidade imprudência ao aprovar CPU's de serviços com sobrepreço, em desobediência ao dever conferido pelo art. 48 do RI-98 e art. 117 do RI-12. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11	Caso observasse o dever de agir e examinasse detalhadamente os serviços contestados o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Dalmo Alexandre Costa - Presidente TERRACAP	23/02/10 a 13/01/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Marcelo Piancastelli de Siqueira - Presidente TERRACAP	14/01/11 a 21/11/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCDF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Antônio Carlos Rebouças Lima - Presidente TERRACAP	22/11/11 a 07/08/13	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCDF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Luís Antônio Almeida Reis - Diretor Técnico e de Edificações TERRACAP	a partir de 10/09/10 (1ª designação dos executores)	Omissão culposa (culpa in vigilando) por não fiscalizar os atos praticados pelos agentes designados como executores do Convênio NUTRAPROJ nº 323/2009 para a construção do ENB.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a atuação competente dos executores designados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Leonam Santos Pass - executor TERRACAP	a partir de 10/09/10	Omissão culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e analisasse as CPU's e tomasse as providências para a correção dos problemas identificados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Rony Figueiredo Corrêa - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Omissão culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e analisasse as CPU's e tomasse as providências para a correção dos problemas identificados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
Felipe Xavier de Sousa - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Omissão culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e analisasse as CPU's e tomasse as providências para a correção dos problemas identificados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.					
Consórcio Brasília 2014	N.A.	Executar serviços em cujas CPU's constavam insumos que não foram efetivamente aplicados e utilizados com coeficientes superestimados.	Ap. propor CPU's com sobrepreço, o executor concorreu para a concretização do prejuízo.	N.A.					



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Matriz de Responsabilização (Rel Final)

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.5	Superfaturamento por preços.	O Consórcio superfaturou alguns serviços contratuais por meio da aplicação dos encargos sociais típicos de trabalhadores horistas, 122,32%, a trabalhadores mensalistas, cujos encargos sociais importam em 75,41%, ocasionando um superfaturamento de R\$ 6.840.510,46, em valores históricos. Ref.: - Inf. nº 15/11-INFO §§ 91 a 99 - Inf. nº 04/13-INFO §§ 135 a 148 - Inf. nº 22/16-INFO §§ 281 a 289 - VOTO de fls. 1994/2037	jul/10 a jan/14 (período de medição dos serviços)	Celso Roberto Machado Pinto - Diretor Presidente NOVACAP	09/07/10 a 12/01/11	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	Em razão da existência de dano quantificável ao Erário, sugere-se a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação dos responsáveis, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 1/7/10, tendo em conta, ainda, a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da LC nº 01/94.
				Maurício Canovas Segura - Diretor Presidente NOVACAP	12/01/11 a 11/09/11	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Juvenal Batista Amari - Diretor Presidente NOVACAP	12/09/11 a 17/05/12	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco exigir as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer as irregularidades por meio da Decisão nº 6.809/11, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse a correção das irregularidades apontadas pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Nilson Martorelli - Diretor Presidente NOVACAP	17/05/12 a 05/01/15	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco exigir as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer as irregularidades por meio da Decisão nº 6.809/11, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse a correção das irregularidades apontadas pelo Tribunal, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Maruska Lima de Souza Holanda - diretora da DE e diretora da DOE NOVACAP II	09/07/10 a 01/03/12 (DE) 01/03/12 a 07/07/14 (DOE)	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco tomar as providências necessárias para corrigir o problema após conhecer as irregularidades por meio da Decisão nº 6.809/11, dever conferido pelo Regimento Interno da NOVACAP à Diretoria de Edificações (art. 36 RI-1998 e art. 15 RI-2012)/Diretoria de Obras Especiais (art. 111 do RI-12) e inc. I, II e VI, art. 30 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse do Consórcio a comprovação do recolhimento dos encargos sociais para os casos contestados pelo controle externo, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Luiz Rogério Pinto Gonçalves - Supervisor Gerente de Fiscalização NOVACAP	23/07/10 a 27/11/14	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada por meio da Decisão nº 6.809/11, dever conferido pela IS nº 68/10-DE e pelo art. 113 do RI-12.	Caso observasse o dever de agir e exigisse do Consórcio a comprovação do recolhimento dos encargos sociais contestados pelo controle externo, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				João Marcelo de Oliveira Pimenta - Fiscal NOVACAP	23/07/10 a 30/06/13	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir a irregularidade apontada por meio da Decisão nº 6.809/11, dever conferido pelo art. 44 do RI 98, art. 20 do RI-12 e § 5º e art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e exigisse do Consórcio a comprovação do recolhimento dos encargos sociais contestados pelo controle externo, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Thelma Consuelo Parada Ribeiro - Assessor de Diretoria I - orientarista NOVACAP II	06/10 a fev/12	Ação culposa na modalidade imperícia ao aprovar CPU's de serviços com sobrepreço, em desobediência ao dever conferido pelo art. 48 do RI-98 e art. 117 do RI-12. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11	Caso observasse o dever de agir e examinasse detalhadamente os serviços contestados o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Joimar Ferreira Evangelista - Chefe do NUORCA II - orientarista NOVACAP	mar/12 a jun/13	Ação culposa na modalidade imperícia ao aprovar CPU's de serviços com sobrepreço, em desobediência ao dever conferido pelo art. 48 do RI-98 e art. 117 do RI-12. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11	Caso observasse o dever de agir e examinasse detalhadamente os serviços contestados o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Dalmo Alexandre Costa - Presidente TERRACAP	23/02/10 a 13/01/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCOF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Marcelo Piancastelli de Souza - Presidente TERRACAP	14/01/11 a 21/11/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCOF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Antonio Carlos Rebouças Lima - Presidente TERRACAP	22/11/11 a 07/08/13	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCOF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Abdon Henrique de Araújo - Presidente TERRACAP	08/08/13 a 08/07/14	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCOF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Luís Antônio Almeida Reis - Diretor Técnico e de Edificações TERRACAP	a partir de 10/09/10 (* designação dos executores)	Omissão culposa (culpa in vigilando) por não fiscalizar os atos praticados pelos agentes designados como executores do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/2009 para a construção do ENB.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a atuação competente dos executores designados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Leonam Santos Paes - executor TERRACAP	a partir de 10/09/10	Omissão culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e exigisse do Consórcio a comprovação do recolhimento dos encargos sociais contestados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Rory Figueiredo Cordeiro - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e exigisse do Consórcio a comprovação do recolhimento dos encargos sociais contestados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Felipe Xavier de Souza - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Omissão culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados. Omissão culposa, na modalidade negligência, por não adotar as providências necessárias para corrigir as irregularidades apontadas na Decisão nº 6.809/11, dever conferido pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e exigisse do Consórcio a comprovação do recolhimento dos encargos sociais contestados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Consórcio Brasília 2014	N.A.	Superfaturar alguns serviços contratuais por meio da utilização, no cálculo da mão de obra, de encargos sociais acima do efetivamente recolhido.	Caso o Consórcio tivesse considerado nos cálculos de mão de obra o valor correto dos encargos sociais, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	



MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

Matriz de Responsabilização (Rel Final)

Ref.	Achados de Auditoria	Irregularidade	Data (ou período) de ocorrência do fato	Responsável(is)	Período de exercício no cargo	Conduta	Nexo de Causalidade	Excludentes	Proposta de Encaminhamento
R.6	Superfaturamento por quantidade.	O cálculo do vale-transporte devido aos empregados foi medido com superestimativa de quantitativos, ocasionando um superfaturamento de R\$ 1.418.976,00, em valores históricos. Ref.: - Inf. nº 05/14-NFO §§ 133 a 169 - Inf. nº 24/14-NFO §§ 166 a 200 - Inf. nº 22/16-NFO §§ 157 a 196 - VOTO de fls. 1994/2037 - Inf. nº 02/17-SEAUD fls. 2170/2175	jul/10 a nov/10 jan/11 a fev/12 set/12 dez/12 abr/13 a mai/13 set/13 out/13 a jan/14 (período de medição do serviço)	Celso Roberto Machado Pinto - Diretor Presidente NOVACAP	09/07/10 a 12/01/11	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	Em razão da existência de dano quantificável ao Erário, sugere-se a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial, com fundamento no art. 46 da Lei Complementar nº 01/1994, e a citação dos responsáveis, com fundamento no art. 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham o valor integral do débito, a ser corrigido a partir de 1º/7/10, tendo em conta, ainda, a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da LC nº 01/94.
				Maurício Canovas Segura - Diretor Presidente NOVACAP	12/01/11 a 11/09/11	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Juvenal Batista Amaral - Diretor Presidente NOVACAP	12/09/11 a 17/05/12	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Nelson Martorelli - Diretor Presidente NOVACAP	17/05/12 a 05/01/15	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, conforme as competências atribuídas nos inc. II, IV e XIV, art. 27 do Estatuto Social da NOVACAP tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e implementasse estrutura de controle adequada, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Maruska Lima de Souza Holanda - diretora da DE e diretora da DOE NOVACAP	09/07/10 a 01/03/12 (DE) 01/03/12 a 07/07/14 (DOE)	Omissão culposa na modalidade negligência ao não implementar estrutura de controle adequada para o porte e complexidade da obra, e tampouco exigir a comprovação dos gastos efetivamente incorridos, haja vista as atribuições conferidas pelo Regulamento Interno da NOVACAP à Diretoria de Edificações (art. 39 RI-1998 e art. 15 RI-2012)/Diretoria de Obras Especiais (art. 111 do RI-12) e inc. I, II e VI, art. 30 do Estatuto Social da NOVACAP tendo em conta o item "III-d" da Decisão n.º 1205/11.	Caso observasse o dever de agir e providenciasse estrutura de controle adequada, bem como exigisse a comprovação dos gastos efetivamente incorridos, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Luz Rogério Pinto Gonçalves - Supervisor Gerente de Fiscalização NOVACAP	23/07/10 a 27/11/14	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados, tendo em conta as atribuições estabelecidas pela IS nº 28/10-DE e pelo art. 113 do RI-12.	Caso observasse o dever de agir e avaliasse criteriosamente o quantitativo medido, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				João Marcelo de Oliveira Pimenta - Fiscal NOVACAP	23/07/10 a 30/06/13	Ação culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados, dever conferido pelo art. 44 do RI 98 e art. 20 do RI-12 e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e avaliasse criteriosamente o quantitativo medido, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Dalmo Alexandre Costa Presidente TERRACAP	23/02/10 a 13/01/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Marcelo Piancastelli de Siqueira - Presidente TERRACAP	14/01/11 a 21/11/11	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP, bem como o dever de zelar pela observância e correção das falhas apontadas pelo TCDF.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Antonio Carlos Rebouças Lins - Presidente TERRACAP	22/11/11 a 07/08/13	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Abdon Henrique de Araújo - Presidente TERRACAP	08/08/13 a 08/07/14	Omissão culposa, na modalidade negligência, por não exercer com cuidado e diligência a supervisão hierárquica e o controle dos recursos financeiros da Companhia, exigidos em razão do montante de recursos envolvidos na obra do ENB, conforme inc. II e V do art. 26 do Estatuto Social da TERRACAP.	Caso observasse o dever de agir e exigisse dos subordinados o controle mais rigoroso dos recursos aplicados no ENB, o superfaturamento poderia não ter ocorrido.	N.A.	
				Luis Antônio Almeida Reis - Diretor Técnico e de Edificações TERRACAP	a partir de 10/03/10 (1ª designação dos executores)	Omissão culposa (culpa in vigilando) por não fiscalizar os atos praticados pelos agentes designados como executores do Convênio NUTRA/PROJU nº 323/2009 para a construção do ENB.	Caso observasse o dever de agir e exigisse a atuação competente dos executores designados, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Leonam Santos Pires - executor TERRACAP	a partir de 10/09/10	Omissão culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados, tendo em conta as atribuições fixadas pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e avaliasse criteriosamente o quantitativo medido e conferisse os gastos de passagem efetivamente incorridos, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Rony Figueiredo Corbêa - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Omissão culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados, tendo em conta as atribuições fixadas pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e avaliasse criteriosamente o quantitativo medido e conferisse os gastos de passagem efetivamente incorridos, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Felipe Xavier de Sousa - executor TERRACAP	a partir de 14/03/13	Omissão culposa na modalidade imprudência ao atestar a execução de serviços superfaturados, tendo em conta as atribuições fixadas pela Norma 1.4.7-A Execução de Contratos e Convênios e § 5º, art. 41 do Decreto nº 32.598/10.	Caso observasse o dever de agir e avaliasse criteriosamente o quantitativo medido e conferisse os gastos de passagem efetivamente incorridos, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	
				Consórcio Brasília 2014	N.A.	Apresentar medições com quantitativos superestimados.	Caso o consórcio tivesse apresentado as medições com os quantitativos do vale-transporte corretos, o superfaturamento não teria ocorrido.	N.A.	